



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

22/05/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Protesto contra a MP do Saneamento reúne cerca de 3 mil pessoas em São Paulo

Cerca de 3 mil trabalhadores da Sabesp, sindicalistas e integrantes da sociedade civil participaram na manhã desta terça-feira, dia 21, do protesto contra a Medida Provisória (MP) 868/2018, que busca alterar o marco legal do saneamento no País e facilitar a entrada de empresas privadas no setor. O ato ocorreu em frente ao Complexo Ponte Pequena, em São Paulo, onde fica a sede da Sabesp. A Diretoria do Sindicato dos Urbanitários (Sintius) esteve presente nessa mobilização por não concordar com essa medida. Batizada de a MP da Sede e da Conta Alta, ela será um retrocesso, caso seja aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Uma das preocupações para os trabalhadores da Sabesp é que a empresa seja privatizada, caso a MP tenha o aval do Congresso Nacional. Essa intenção já foi revelada pelo governador João Doria e pelo secretário de Estado da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles. Ao longo do dia, vários protestos foram realizados em todo o País para chamar a atenção da sociedade sobre essa MP e para convencer os nossos parlamentares a se posicionarem contra esse texto.

Afinal, o saneamento é um direito de todos e não mercadoria. A MP 868/2018 está na pauta da Câmara e poderia ser votada ontem. Para ela não caducar, ou seja, perder o efeito, precisa ser aprovada tanto pelos deputados, como pelos senadores até o dia 3 de junho. Segundo informações divulgadas pela imprensa, o Governo deverá priorizar a votação de outras MPs que perdem validade nos próximos dias, como a MP 863/2018, que libera o capital estrangeiro em empresas aéreas, e a MP 870/2019, que faz uma reforma administrativa ao reduzir de 29 para 22 o total de ministérios.

Muitos governadores também rejeitam essa MP e estão buscando convencer suas bancadas para votarem contra. Apesar disso, os trabalhadores e os sindicatos não podem baixar a guarda e estão monitorando essa situação em Brasília para evitar surpresas desagradáveis.

Fonte: <https://sintius.org.br/publicacoes/noticias/protesto-contr-a-mp-do-saneamento-reune-cerca-de-3-mil-pessoas-em-sao-paulo>

Bandeira tarifária aplicada na conta de luz ficará mais cara

A diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou em reunião nesta terça-feira (21) um reajuste, elevando custos extras gerados pelo acionamento das chamadas bandeiras tarifárias na conta de luz. O mecanismo, que visa sinalizar ao consumidor as condições de geração de energia, aumentando custos quando há menor oferta, agora poderá resultar em cobrança adicional de R\$ 6 a cada 100 kilowatts-hora quando no patamar vermelho nível 2, que sinaliza um nível mais crítico de oferta. Antes, a bandeira vermelha nível 2 gerava um adicional de R\$ 5 a cada 100 kWh. Já a bandeira vermelha nível 1 passará a representar adicional de R\$ 4 a cada 100kwh. A bandeira amarela também será reajustada, para gerar adicional de R\$ 1,5 a cada 100kwh, contra R\$ 1 antes. “A alteração foi especialmente motivada pelo déficit hídrico do ano passado, que reposicionou a escala de valores das bandeiras”, afirmou a Aneel em nota, em referência a uma menor geração das hidrelétricas devido ao baixo nível dos reservatórios. A metodologia utilizada pela Aneel para definir o acionamento das bandeiras também passou por mudanças, o que segundo a agência possibilitará que o mecanismo tarifário retrate com maior precisão a conjuntura energética. Após ficar entre janeiro e abril no patamar verde, que não gera cobrança extra, a bandeira tarifária foi definida pela Aneel para maio como amarela. Especialistas avaliam que o final do período tradicional de chuvas na região das hidrelétricas, que vai até o mês de abril, deve fazer com que a bandeira fique no patamar vermelho ou vermelho nível 2 durante os próximos meses, um cenário que poderia se prolongar até o mês de novembro.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 22/05/2019

Bancos vão ficar com 62% da renda do trabalhador se capitalização for aprovada

Simulação apresentada nesta segunda-feira (20) em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) no Senado, sobre a reforma da Previdência proposta pelo projeto do governo Jair Bolsonaro (PSL), demonstra o fracasso que ocorreria com o sistema de capitalização que consta da proposta, levando o trabalhador aposentado à miséria.

Segundo dados do diretor de Defesa Profissional e Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Mauro José Silva, o valor das contribuições previdenciárias arrecadadas de empregados e empregadores foi de R\$ 423,06 bilhões em 2018. Já a previsão de acréscimo no faturamento médio anual para as instituições financeiras, num sistema de capitalização, pode ser estimada em até R\$ 388 bilhões, nos próximos 70 anos.

Silva explicou que o sistema proposto na PEC 6/2019 resultará num valor acumulado pelo trabalhador, ao fim de 40 anos de contribuição, de R\$ 275.804,02. Entretanto, a remuneração dos bancos, prevista na reforma, consumiria R\$ 105.701,43 dessa quantia, o que equivale a mais de 62% do valor do patrimônio do empregado. Assim, esse trabalhador ficaria com apenas R\$ 170.102,58.

No 59º ano, após ingressar no sistema de capitalização, esta porcentagem ultrapassaria os 77%. Um cenário que, segundo Silva, possibilitaria o recebimento de uma aposentadoria no valor de R\$ 750, o que equivale a apenas um quarto do total contribuído. “Um sistema sem empregador, e com instituição financeira, é um fracasso. É condenar o trabalhador à miséria”, concluiu.

Silva considerou a capitalização um “sistema complicado do ponto de vista do trabalhador”. Para ele, além de significar a “transferência de renda” dos empregados para os bancos, essa modalidade não cobrirá benefícios já existentes, como o salário família e o salário maternidade.

A capitalização funciona como uma espécie de poupança: o dinheiro descontado mensalmente do salário de cada trabalhador vai para uma conta individual, e não se mistura com as contribuições dos demais beneficiários. Pelo sistema atual, o de repartição, os pagamentos feitos pelo pessoal da ativa financiam as aposentadorias dos inativos.

Dieese

Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Juliano Musse disse que o cenário é preocupante. Ele considerou a PEC 6/2019 uma “reforma impositiva” porque, segundo afirmou, a medida não passou por uma prévia discussão com os trabalhadores.

Ao questionar quem são os maiores interessados com a reforma da Previdência, Juliano ponderou que outras questões, como o desemprego, a informalidade e a saúde dos trabalhadores que enfrentam doenças crônicas são mais urgentes e deveriam ser o foco do debate. “A reforma é importante, mas desde que não minimize direitos sociais conseguidos com a Constituição de 1988”.

O consultor do Senado Luiz Alberto dos Santos frisou que a PEC 6/2019 não é de fácil compreensão. Para ele, o texto apresenta contradições, traz incertezas e tende a gerar custos diferenciados para a empregabilidade das pessoas. Ao ressaltar que os mercados demonstram volatilidade ao longo do tempo, o especialista disse que o regime previdenciário baseado na capitalização pressupõe uma renda questionável, porque dependerá de quanto, efetivamente, aquela aplicação renderá.

“No Brasil, nós temos renda média muito baixa. As pessoas não têm dinheiro para destinar a uma sistemática de provisão fora do regime público, e essa é uma diferença fundamental.”

Leia mais: Rede Brasil Atual / Agência Senado - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>